

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	13

Relatório da administração

Em atendimento à Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BACEN) , a administração da Nu Pagamentos S.A. ("Instituição" ou "Nubank") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

O Nubank oferece um cartão de crédito internacional MasterCard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

A receita total do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2018, montantes que resultam da soma da receita operacional (correspondente à taxa de intercâmbio) e da receita financeira (proveniente de juros e rendimentos), indica um aumento substancial de crescimento em comparação à receita do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento também se reflete no portfólio de recebíveis de cartão de crédito da Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

A Instituição possui investimentos em sociedades controladas no Brasil denominadas Nu Financeira S.A. - SCFI e Nu Investimentos Ltda. e sociedade controlada no exterior denominada Nu Payments LLC, não houve modificações nestes investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Instituição atesta que tem capacidade econômica e financeira para manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de "mantidos até o vencimento".

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 28 de março de 2019

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de

auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Total do ativo circulante		10.440.974	4.495.177
Disponibilidades	4	279.262	397.075
Aplicações interfinanceiras de liquidez		687.993	-
Aplicações no mercado aberto		687.993	-
Títulos e valores mobiliários	5	2.927.693	547.302
Carteira própria		483.067	289.730
Vinculados à prestação de garantias		2.444.626	257.572
Outros créditos	6	6.524.702	3.547.040
Valores a receber cartão de crédito		6.857.825	3.847.476
Diversos		231.195	39.638
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(564.318)	(340.074)
Outros valores e bens		21.324	3.760
Despesas antecipadas		21.324	3.760
Total do realizável a longo prazo		212.577	218.456
Títulos e valores mobiliários	5	108	78.617
Vinculados à prestação de garantias		108	78.617
Outros créditos	6	212.469	139.839
Diversos		212.469	139.839
Total do permanente		110.449	12.587
Investimentos	7	82.622	4.157
Participações em coligadas e controladas no país		77.773	-
Participações em coligadas e controladas no exterior		4.849	4.157
Imobilizado de uso		25.876	8.324
Imóveis de uso		31.676	10.212
Depreciação acumulada		(5.800)	(1.888)
Intangível		1.951	106
Total do ativo		10.764.000	4.726.220

Passivos	Nota	2018	2017
Total do passivo circulante		9.646.847	4.070.834
Depósitos	8	2.436.020	75.126
Outros depósitos		2.436.020	75.126
Relações interfinanceiras	13	6.482.201	3.775.169
Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.482.201	3.775.169
Obrigações por empréstimos e repasses	9	195.237	-
Empréstimos no exterior		195.237	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		3	-
Outras obrigações	10	533.386	220.539
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		251	149
Fiscais e previdenciárias		87.072	25.648
Diversas		446.063	194.742
Total do passivo não circulante		-	277.747
Obrigações por empréstimos e repasses	9	-	277.747
Empréstimos no exterior		-	277.747
Resultado de exercícios futuros		41.959	17.413
Patrimônio líquido	11	1.075.194	360.226
Capital De Domiciliados no País		1.368.171	587.050
Reserva de capital		86.197	52.060
(-) Prejuízo acumulado		(379.174)	(278.884)
Total do passivo e patrimônio líquido		10.764.000	4.726.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

		2018		2017
	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita operacional	12	274.137	471.014	218.485
Custo dos serviços prestados	13	(234.271)	(391.530)	(168.162)
Lucro bruto		39.866	79.484	50.323
Despesas de pessoal	14a	(86.365)	(146.390)	(85.453)
Despesas administrativas	14b	(54.057)	(89.537)	(52.718)
Resultado de participações em controladas	7	(2.237)	(1.634)	(4.916)
Outras receitas operacionais	14c	34.455	52.922	24.117
Outras despesas operacionais	14c	(9.830)	(21.936)	(17.791)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	(260.192)	(486.918)	(257.203)
Plano de opção de compra de ações	11b	(19.174)	(34.137)	(26.706)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(397.400)	(736.299)	(423.439)
Prejuízo operacional		(357.534)	(656.815)	(373.116)
Receitas financeiras		457.756	768.450	256.863
Despesas financeiras		(150.370)	(235.127)	(60.457)
Resultado financeiro	15	307.386	541.992	199.143
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(50.148)	(114.823)	(173.973)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		746	14.532	56.975
Imposto de renda e contribuição social	16	746	14.532	56.975
Prejuízo do semestre/exercício		(49.402)	(100.291)	(116.998)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016		587.050	25.354	(161.886)	450.518
Opção de ações outorgadas	11b	-	26.706	-	26.706
Prejuízo do exercício		-	-	(116.998)	(116.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		587.050	52.060	(278.884)	360.226
Opção de ações outorgadas	11b	-	34.137	-	34.137
Aumento de capital em 8 de março de 2018	11	478.402	-	-	478.402
Aumento de capital em 2 de outubro de 2018	11	302.720	-	-	302.720
Prejuízo do exercício		-	-	(100.291)	(100.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.368.171	86.197	(379.174)	1.075.194
Saldo em 30 de junho de 2018		1.065.451	67.023	(329.772)	802.702
Opção de ações outorgadas	11b	-	19.174	-	19.174
Aumento de capital em 2 de outubro de 2018	11	302.720	-	-	302.720
Prejuízo do semestre		-	-	(49.402)	(49.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.368.171	86.197	(379.174)	1.075.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	2018		2017
	2o Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício	(49.402)	(100.291)	(116.998)
Ajustes para:			
Depreciação/amortização	2.646	3.912	1.330
Provisão para perda do valor recuperável	260.192	486.918	257.203
Ativo fiscal diferido	(29.552)	(72.630)	(66.898)
Resultado de participação em controladas	2.237	1.634	4.916
Resultado de exercícios futuros	13.887	24.546	17.371
Provisão de contingências	20.722	35.821	255
Variações cambiais sem efeito de caixa	-	-	-
Varição de valor justo de instrumentos financeiros derivativos	3	3	-
Juros e variação cambial de empréstimos e repasses sem efeito de caixa	27.702	65.054	-
Opções de ações outorgadas	19.174	34.137	26.706
Resultado ajustado	267.609	479.104	123.885
Aumento de títulos e valores mobiliários - negociação	(1.012.465)	(2.035.074)	(78.231)
Aumento de outros créditos	(2.249.264)	(3.464.580)	(2.396.479)
Redução de outros valores e bens	(9.164)	(17.564)	(1.768)
Aumento de depósitos a vista	1.530.148	2.360.894	75.126
Aumento de relações interfinanceiras	1.880.265	2.707.032	2.305.408
Aumento de outras obrigações	67.915	126.553	32.484
Pagamento de Juros	(30.647)	(59.879)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	444.397	96.486	60.425
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Compra (venda) de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação	(138.775)	(131.240)	(135.511)
Aquisição de ativo imobilizado	(12.717)	(21.464)	(4.927)
Aquisição de ativo Intangível	(1.845)	(1.845)	-
Aumento de capital em investidas	7	(80.099)	-
Redução de capital em investidas	-	-	1.265
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(153.337)	(234.648)	(139.173)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	302.720	781.122	-
Recursos tomados	58.000	254.273	260.026
Amortização de empréstimos	(191.485)	(191.485)	-
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento	169.235	843.910	260.026
Caixa e equivalentes de caixa	20a		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	904.666	659.213	477.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	1.364.961	1.364.961	659.213
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	460.295	705.748	181.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05409-000 – Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no Diário Oficial.

2 Base de preparação das Demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN de utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para

empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2019.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa, dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimento ou financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos: a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de

contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado de uso e intangível

Itens do imobilizado de uso e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação ou amortização são calculadas para depreciar ou amortizar o custo desses, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas úteis dos itens do ativo imobilizado para o semestre são as seguintes:

- | | |
|-------------------------------|---------|
| • Móveis e utensílios | 10 anos |
| • Equipamentos de informática | 5 anos |
| • Intangível | 5 anos |

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j. Outros depósitos

Correspondem aos valores feitos de depósitos na NuConta que faz parte da

modalidade de conta de pagamento pré-paga e estão avaliados pelos valores de liquidação. A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

k. Obrigações por empréstimos e repasses

Correspondem a empréstimos captados com terceiros que são reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

l. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo,

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar a bandeira Mastercard relativos as operações de cartões de crédito e estão valorizadas pelo valor de liquidação.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos, juros de depósitos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

o. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Instituição entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Instituição. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

p. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

q. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

r. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”) que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio da companhia. No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4 Disponibilidades

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	27	5
Banco - Conta movimento	220.346	370.653
Outras reservas livres	50.214	6.431
Disponibilidades em moeda estrangeira	8.675	19.986

Total	279.262	397.075
--------------	----------------	----------------

5 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	2018	2017
Disponível para negociação	2.511.296	78.516
Disponível para venda	416.167	546.113
Mantido até o vencimento	338	1.290
Total	2.927.801	625.919

Para negociação

	2018		2017	
	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de mercado
	Valor de curva			
Letras financeiras do tesouro	-	2.102.462	2.099.268	78.359
Letras do tesouro nacional	-	13.836	13.907	-
Recibos de depósitos bancários - pós fixado (ii)	-	415	415	157
Certificados de depósitos bancários - pós fixados (ii)	-	143.464	143.464	-
Letras de arrendamento mercantil (iii)	254.242	-	254.242	-
Total	254.242	2.260.177	2.511.296	78.516

Disponível para venda

	2018		2017	
	Sem vencimento		Valor de mercado	Valor de mercado
	Valor de curva			
Cotas de fundos de investimento (i)	404.193		404.193	536.191
Títulos no exterior	11.974		11.974	9.922
Total	416.167		416.167	546.113

Mantidos até o vencimento

	2018		2017	
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Mercado	Valor mercado
	Valor de curva			
Certificados de depósitos bancários - pós fixados (ii)	230	-	230	1.189
Letra de câmbio	-	108	108	101
Total	230	108	338	1.290

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos e cotas do FIDC Nubank, fundo exclusivo. O valor de mercado dessas aplicações é

apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

- (ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado.
- (iii) Refere-se a LAM (letras de arrendamento mercantil), que possuem liquidez inferior a 90 dias e rentabilidade de aproximadamente 101,4% do CDI.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

Receitas com TVM

	2018		2017
	2o Semestre	Exercício	Exercício
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	13.506	33.846	60.620
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	16.407	21.129	1.544
Renda de aplicações em títulos públicos	56.065	76.812	-
Rendas de operações compromissadas	12.974	20.970	40
Rendas de depósito no exterior	-	-	329
Total	98.952	152.757	62.533

Despesas com TVM

	2018		2017
	2o Semestre	Exercício	Exercício
Ajuste a marcação de mercado LFT	(2.127)	(2.127)	-
Total	(2.127)	(2.127)	-

6 Outros créditos

a. Composição de outros créditos

	2018	2017
Valores a receber cartão de crédito	6.322.256	3.656.425
Retenção de riscos por operações cedidas (i)	535.569	191.051
Crédito tributário (nota 16b)	212.469	139.839
Impostos e contribuições a compensar	108.029	33.580
Diversos	123.166	6.058
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito	(564.318)	(340.074)
Total	6.737.171	3.686.879

- (i) Refere-se à retenção de risco de recebíveis de cartão de crédito cedidas ao FIDC Nu. Durante o semestre, foram cedidas operações de recebíveis de cartão de crédito ao FIDC Nu que geraram despesa de R\$15.894 e R\$30.651 no semestre e no exercício de 2018, respectivamente, e R\$1.717 em 2017 em Outras despesas operacionais.

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

Valores a receber - saldo corrente	3.538.619	2.221.810
Valores a receber - parcelas futuras	3.319.206	1.625.666
Total	<u>6.857.825</u>	<u>3.847.476</u>

A composição das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

c. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

Operações de cartão de crédito vencidas	465.193	431.788
Até 3 meses	5.082.738	2.825.572
3 a 6 meses	892.560	395.599
6 a 12 meses	417.334	194.517
Total	<u>6.857.825</u>	<u>3.847.476</u>

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d. Classificação de carteira de cartões de crédito por níveis de risco

2018							
Nível	Operações de cartões de crédito			%	Provisão	Provisão adicional	Provisão total
	Curso normal	Atraso	Total				
A	6.207.826	59.740	6.267.566	0,5	(31.338)	(74.916)	(106.254)
B	78.994	22.167	101.161	1	(1.012)	(24.957)	(25.969)
C	59.660	36.324	95.984	3	(2.880)	(56.577)	(59.457)
D	9.620	44.672	54.292	10	(5.429)	(37.020)	(42.449)
E	8.247	40.566	48.813	30	(14.644)	(28.616)	(43.260)
F	4.579	35.144	39.723	50	(19.862)	(17.678)	(37.540)
G	3.698	34.842	38.540	70	(26.977)	(10.666)	(37.643)
H	12.195	199.551	211.746	100	(211.746)	-	(211.746)
Total (i)	<u>6.384.819</u>	<u>473.006</u>	<u>6.857.825</u>		<u>(313.888)</u>	<u>(250.430)</u>	<u>(564.318)</u>

2017							
Nível	Operações de cartões de crédito			%	Provisão	Provisão adicional	Provisão total
	Curso normal	Atraso	Total				
A	3.373.467	127.239	3.500.706	0,5	(17.504)	(39.424)	(56.928)
B	23.205	30.546	53.751	1	(538)	(17.838)	(18.376)
C	17.548	41.738	59.286	3	(1.779)	(33.406)	(35.185)
D	1.357	31.564	32.921	10	(3.292)	(26.092)	(29.384)
E	101	27.891	27.992	30	(8.397)	(18.993)	(27.390)
F	10	25.947	25.957	50	(12.979)	(12.969)	(25.948)
G	-	21.379	21.379	70	(14.965)	(6.414)	(21.379)

NU PAGAMENTOS S.A.
Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2018

H	-	125.484	125.484	100	(125.484)	-	(125.484)
Total (i)	<u>3.415.688</u>	<u>431.788</u>	<u>3.847.476</u>		<u>(184.938)</u>	<u>(155.136)</u>	<u>(340.074)</u>

- (i) Os saldos totais para cálculo da provisão incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e. Movimentação da provisão de redução ao valor recuperável

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(441.448)	(340.074)	(41.988)
(Constituição)/Reversão	(260.192)	(486.918)	(257.203)
Baixados para prejuízo	137.322	262.674	67.960
Incremento de provisão por aquisição de carteira de crédito	-	-	(108.843)
Saldo no final do semestre/exercício	<u>(564.318)</u>	<u>(564.318)</u>	<u>(340.074)</u>

f. Operações renegociadas/recuperadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram, respectivamente, R\$117.418 e R\$204.844 (2017 – R\$94.926).

O montante das operações recuperadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram, respectivamente, R\$34.431 e R\$52.659 (2017 – R\$23.466).

7 Investimentos

As participações em controladas do Nubank são compostas conforme demonstrado abaixo:

	2018			2017
	Nu Payments, LLC	Nu Investimentos Ltda.	Nu Financeira S.A. - SCFI	Nu Payments, LLC
País	Ilhas Cayman	Brasil	Brasil	Ilhas Cayman
Total do ativo	4.850	13	83.347	4.157
Total do passivo	-	11	5.577	-
Patrimônio líquido	4.850	2	77.770	7.721
Lucro/(prejuízo) 2º semestre de 2018	23	(45)	(2.215)	(3.564)
Lucro/(prejuízo) do exercício de 2018	693	(98)	(2.229)	(4.916)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2018	4.849	3	77.770	4.157
Participação no capital - %	100	100	100	100

Em junho de 2018 foi realizado o aporte de capital de R\$80.000 para constituição da controlada Nu Financeira S.A. – SCFI.

8 Depósitos

O montante de R\$2.436.020 (2017 – R\$75.126) corresponde a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga NuConta. Tais depósitos são remunerados por 100% do CDI.

9 Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de créditos tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$195.237 (R\$277.747 em 2017), com vencimento em janeiro de 2019, indexadas ao CDI e Libor. Essas operações foram liquidadas em 28 de janeiro de 2019.

10 Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	296.343	145.870
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	78.747	22.664
Fiscais e previdenciárias	87.072	25.648
Provisão para contingências tributárias – Nota 19	54.506	19.126
Diversas	11.394	6.715
Obrigações por processamento de boletos	4.264	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	251	149
Provisão para contingências cíveis – Nota 19	809	367
Total	<u>533.386</u>	<u>220.539</u>

- (i) Refere-se ao valor presente das obrigações das cessões de operações de recebíveis de cartões de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato e valores a repassar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$1.368.171 (R\$587.050 em 2017), e está representado por 131.653.333 ações (36.510.662 em 2017), sem valor nominal, divididas entre 131.487.968 ordinárias (36.345.297 em 2017) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2017), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$302.720 com emissão de 36.872.107 ações ordinárias.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição.

Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Instituição.

A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$34.137 em 2018 (R\$26.706 em 2017), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

12 Receita operacional

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receita de intercâmbio	280.301	481.321	236.856
Receita de anuidade (Rewards)	29.035	51.321	10.323
Outros	864	864	
Impostos sobre receita operacional	(36.063)	(62.492)	(28.694)
Total	274.137	471.014	218.485

O montante de receita operacional refere-se substancialmente às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

13 Custo dos serviços prestados

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Custo de manutenção de contas	(189.055)	(311.413)	(119.885)
Custo de emissão de cartões	(45.216)	(80.117)	(48.277)
Total	(234.271)	(391.530)	(168.162)

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

14 Despesas Administrativas

a. Despesas de pessoal

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(56.454)	(92.747)	(55.278)
Encargos sociais	(19.550)	(35.054)	(19.976)
Benefícios	(8.041)	(14.458)	(6.918)
Honorários da administração	(1.549)	(3.094)	(2.876)
Treinamento	(771)	(1.037)	(405)
Total	(86.365)	(146.390)	(85.453)

b. Despesas administrativas

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de escritório	(7.861)	(13.880)	(15.825)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(27.905)	(46.131)	(16.948)
Despesas com contratação de serviços especializados	(8.748)	(15.176)	(14.075)
Outras despesas administrativas	(6.711)	(9.893)	(3.001)
Despesas tributárias	(425)	(886)	(1.539)
Depreciação/amortização	(2.407)	(3.571)	(1.330)
Total	(54.057)	(89.537)	(52.718)

c. Outras receitas e despesas

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados	34.432	52.659	23.466
Outros	23	263	651
Total	34.455	52.922	24.117

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Descontos concedidos	(5.507)	(8.267)	(2.248)
Perdas operacionais	(3.425)	(7.802)	(5.747)
Outras despesas	(898)	(5.867)	(9.796)
Total	(9.830)	(21.936)	(17.791)

15 Resultado financeiro

	2018		2017
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de CCBs adquiridos	292.548	516.948	-
Resultado com instrumentos financeiros	98.952	152.757	62.533
Outras receitas financeiras (i)	51.095	74.091	194.292
Receita de operações cedidas	12.256	18.344	38
Variação cambial positiva	2.905	6.310	-
Receitas financeiras	457.756	768.450	256.863
Variação cambial negativa	-	-	(2.985)
IOF sobre operações financeiras	(15)	(145)	(10.288)
Ajuste de marcação a mercado de TVM	(2.127)	(2.127)	-
Tarifas bancárias	(2.404)	(4.415)	(1.266)
Despesa com cessão de recebíveis	(15.894)	(30.651)	(2.807)
Impostos sobre receitas financeiras	(20.469)	(35.380)	(14.183)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos	(22.457)	(22.457)	-
Despesa de juros de empréstimos	(38.640)	(76.184)	(28.624)
Juros sobre contas de pagamento pré-pagas	(48.364)	(63.768)	(304)
Despesas financeiras	(150.370)	(235.127)	(60.457)
Resultado financeiro	307.386	533.323	199.143

- (i) Refere-se em sua maioria a ganhos na conversão de moeda, de compras de clientes em moeda estrangeira, efetuadas no cartão de crédito.

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(114.823)	(173.972)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(45.931)	(69.589)
Adições/exclusões permanentes	26.627	18.328
Crédito tributário / Imposto de renda e contribuição social corrente	4.772	(5.714)
Imposto de renda e contribuição social do período	(14.532)	(56.975)

NU PAGAMENTOS S.A.
Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2018

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social devidos	58.098	9.923
(Constituição)/realização no período sobre adições temporárias (i)	(72.630)	(66.898)
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>(14.532)</u>	<u>(56.975)</u>

(i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas utilizando a alíquota total de 40%.

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Saldo em 31/12/2018	Constituição / (Realização)	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.072	61.780	75.292
Outras provisões passivas	48.667	35.636	13.031
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	185.739	97.416	88.323
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	26.730	(24.786)	51.516
Total dos créditos tributários	<u>212.469</u>	<u>72.630</u>	<u>139.839</u>

	Saldo em 31/12/2018	Constituição / (Realização)	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	137.072	24.020	113.052
Outras provisões passivas	48.667	18.326	30.341
Outros	-	(386)	386
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	185.739	41.960	143.779
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	26.730	(12.408)	39.138
Total dos créditos tributários	<u>212.469</u>	<u>29.552</u>	<u>182.917</u>

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$212.469 (R\$139.839 em 2017), foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2018 é de R\$198.870.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2019	117.466	70.479	187.945
2020	798	1.559	2.357
2021	13.650	8.190	21.840
Após 2021	204	123	327
Total	132.118	80.351	212.469

17 Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a apólicie mais relevante do Nubank estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$172 milhões e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos.

18 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não possuía operações com derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, o Nubank possuía contratos futuros de DI, no valor de referência de R\$14 milhões, cujo valor de mercado foi estimado em R\$3. Esses contratos são considerados nível 1 na hierarquia de valor justo. O resultado das operações com derivativos estão reconhecidos como receita ou despesa financeira.

19 Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo e trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$1.925 (R\$1.149 em 2017) e R\$2.390, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, o Nubank tem provisionado a título de obrigação legal o montante de R\$54.506 (R\$19.126 em 2017) referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank deposita judicialmente o valor referente a essa causa.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$809 (R\$367 em 2017) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

Cíveis

	2018	2017
Saldo no início do exercício	367	194
Constituição	1.543	240
Utilização / reversão	(1.101)	(67)
Saldo no final do exercício	809	367

Tributárias

	2018	2017
Saldo no início do exercício	19.126	-
Constituição	35.380	19.126
Utilização / reversão	-	-
Saldo no final do exercício	54.506	19.126

20 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	2018	2017	
Ativo			
Cotas de fundos de investimento			
FIDC Nu – controlada	56.388	27.572	
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	15.066	-	
Outros			
Valores a receber Nu Financeira S.A. - SCFI - Rateio de despesas - controlada	1.534	-	
Retenção de riscos por operações cedidas (FIDC Nu)	535.569	189.696	
Participação em controladas			
Nu Payments, LLC	4.849	4.157	
Nu Financeira S.A - SCFI	77.771	-	
Nu Investimentos Ltda.	2	-	
Passivo			
Conta de pré pagamento - Nu Financeira S.A. – SCFI	5	-	
Valor a pagar Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	667	-	
Obrigações por operações vinculadas a cessão (FIDC Nu)	296.343	145.870	
	2018	2017	
	2o	Exercício	
	Semestre	Exercício	
Resultado			
Prejuízo na cessão de recebíveis (FIDC Nu)	(15.894)	(30.651)	(2.807)
Despesas com serviços de tecnologia Nu Finanztechnologie GmbH - coligada	(3.491)	(6.413)	-
Resultado de participação em Controladas			
Nu Payments, LLC	23	693	(4.916)
Nu Financeira S.A - SCFI	(2.215)	(2.229)	-
Nu Investimentos Ltda.	(45)	(98)	-
Rentabilidade de cotas de fundos			
FIDC Nu - controlada	4.375	9.677	19.060
Nu Fundo de Investimento Renda Fixa	66	66	-
Despesas com honorários da administração	(1.549)	(3.094)	(2.876)

21 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank está definida conforme seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos da Instituição, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site: <https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

a. Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

b. Gerenciamento de Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades

desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, conforme Circular 3.681 do Bacen, é a possibilidade de a instituição de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e para a gestão de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

A instituição mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

d. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, devido à variações em taxas de

juros, índices de preços, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável pela mensuração e avaliação de risco, monitoramento de limites e reporte de risco para as unidades de negócios.

e. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da instituição e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Instituição mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Instituição nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela instituição, apurado diariamente.

22 Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidade	279.262	397.075
Letras de arrendamento mercantil - LAM	254.242	-
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados	143.464	-
Aplicação financeira – fundo de investimento	-	262.138
Aplicacoes em operações compromissadas	687.993	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.364.961</u>	<u>659.213</u>

b. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acumulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercambio e registrado na rúbrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia e transferida para receita operacional quando do resgate dos pontos pelos clientes.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

23 Eventos subsequentes

A administração do Nubank não tem conhecimento de nenhum evento subsequente a ser divulgado nessas demonstrações financeiras, exceto pela atividades de empréstimos para pessoas físicas iniciadas em fevereiro de 2019 por meio da investida Nu Financeira.